



AGU evitou gasto de R\$ 6,14 bilhões aos cofres públicos

28/01/2004

A atuação da Advocacia-Geral da União impediu um gasto de R\$ 6,14 bilhões para os cofres públicos, em 2003. A economia corresponde a 71,36% do valor executado (8,61bi) no ano passado e é maior do que a ocorrida em 2002, quando a AGU evitou o pagamento de R\$ 4,60 bilhões, de um total de R\$ 7,33 bilhões executados contra a União.

Este é o resultado da análise e verificação técnica feita em 52.801 processos judiciais pelo Departamento de Cálculos e Perícias da AGU, que investiga e impugna precatórios superfaturados. Neste total, não estão incluídos os processos do INSS, Banco Central, Incra e tributos da Fazenda Nacional.

A União concordou em pagar R\$ 2,47 bilhões, o que corresponde a 28,64% do total de R\$ 8,61 bilhões executados em 2003. Este percentual está na média anual obtida desde 1995, quando começou o acompanhamento sistemático das cobranças judiciais. Nos últimos nove anos, o Departamento de Cálculos e Perícias da AGU analisou 235.654 processos judiciais. O trabalho evitou um gasto de R\$ 28,89 bilhões aos cofres públicos, que corresponde a 67,18% do total de R\$ 43,01 bilhões executado contra a União, autarquias e fundações desde 1995.

Departamento de Cálculos e Perícias também acompanha as execuções judiciais em favor da União. Em 2003, foram cobrados R\$ 244,9 milhões, sendo que R\$ 25,9 milhões correspondem a honorários advocatícios e R\$ 219 milhões em indenizações. Neste período, R\$ 1,16 milhão foram parcelados para facilitar o recebimento dos créditos da União. De acordo com informações da Secretaria da Receita Federal, R\$ 33,137 milhões já foram recolhidos aos cofres do Tesouro Nacional, em 2003. (AGU)

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2004-jan-28/agu_evitou_gasto_614_bilhoes_aos_cofres_publicos/